

A Porosidade das Fronteiras Norte do Brasil e os Mecanismos de Vigilância: SIPAM, SIVAM, SISFRON e Operações Ágata

Gabriela Oliveira Rodrigues (Graduação em Defesa, Gestão Estratégica Internacional-UFRJ); Miguel Patrice Philippe Dhenin (Doutorado em Ciência Política-UFF); Paola Moura de Deus Ribeiro (Graduação em Defesa, Gestão Estratégica Internacional-UFRJ); Thaís Fernandes Pereira (Graduação em Defesa, Gestão Estratégica Internacional-UFRJ); Renata Lima da Silva (Graduação em Defesa, Gestão Estratégica Internacional-UFRJ); Ramon Matheus de Moura Bouzo (Graduação em Defesa, Gestão Estratégica Internacional-UFRJ e Aluno Responsável)

Resumo:

Este artigo pretende abordar a questão da porosidade das fronteiras na parte setentrional do Brasil a partir dos mecanismos de vigilância existentes. Trata-se de diversos sistemas complexos para monitorar, controlar e fiscalizar as vastas áreas fronteiriças da Amazônia brasileira. Assim, nosso objetivo é apresentar num primeiro momento um breve panorama da realidade da fronteira Norte, focando particularmente no problema da porosidade, como elemento de insegurança. De fato, é notório a presença de diversos tipos de tráficos de ilícitos em razão da ausência (relativa) do Estado nessa parte do território nacional. Em seguida, vamos ilustrar quais são os meios e os sistemas desenvolvidos pelo Estado brasileiro, e particularmente suas Forças Armadas para diminuir a porosidade e reafirmar a soberania na faixa de fronteira norte. Três programas complexos e uma operação interagência vão ilustrar nossa proposta. O SIVAM e o SIPAM, que são bastante conhecidos pelos brasileiros, participam desde a década de 1990 nesse esforço conjunto para proteger a Amazônia das ameaças diretas. Recentemente, o Sistema de Vigilância e Monitoramento das Fronteiras (SISFRON) e as sucessivas operações Ágata complementam e reforçam o dispositivo existente.

Palavras-chave:

Amazônia – Porosidade – Fronteira Norte – SIPAM – SISFRON – Operação Ágata

INTRODUÇÃO:

O artigo aqui produzido faz parte de um projeto mais amplo, que tem como objetivo trabalhar com a bibliografia e as fontes que estudam e ajudam a entender a “Questão Geopolítica da Amazônia”. Trata-se de agrupar, fomentar e incentivar a pesquisa sobre os estudos de fronteiras, monitoramento da região, as questões indígenas, a composição étnica, os conflitos regionais na América do Sul, a questão sanitária, a questão ambiental, a imigração, o comércio, os meios de transporte, os recursos naturais, a construção do espaço através da colonização e da fortificação, os interesses nacionais e internacionais e a integração regional.

O Estado brasileiro projeta poder sobre a região amazônica por meio de uma série de intervenções, tais como: o Projeto Calha Norte, com um viés econômico (promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional); a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), com um viés de segurança (ações contra criminalidade e tráfico de ilícitos); o Projeto Rondon, com um viés assistencial (ações sociais nas regiões mais pobres); e a operação Ágata, com ênfase na defesa (criada a partir do Plano Estratégico de Fronteiras, para prevenir e combater crimes praticados em pontos estratégicos do território nacional); entre outros projetos.

Serão parte da investigação, as relações entre segurança e desenvolvimento nas políticas e estratégias de defesa dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O Tratado foi um importante passo no sentido de conjugar esforços para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, mas significou também, um ato de soberania e um esforço de aproximação política dos países da América do Sul.

A Amazônia dos viajantes do século XIX, do naturalista estrangeiro, que registrou a flora, a fauna, e os habitantes da região, registros que povoaram o imaginário e o senso comum da sociedade e ainda povoam, mas que foram, ao mesmo tempo, constituindo a base do conhecimento científico sobre este espaço. A visão sobre a natureza, as espécies animais e vegetais, a taxonomia dos seres e dos homens, nesse contexto, podemos demonstrar que o conhecimento científico sobre a Amazônia vem sendo construído ao longo de séculos pela ciência.

Entre as diretrizes que pautam a Estratégia Nacional de Defesa – Decreto 6.703, de 18/12/2008 – a décima determina “*Priorizar a região Amazônica*”, legitimando os esforços governamentais, principalmente aqueles desenvolvidos direta ou indiretamente no âmbito do Ministério da Defesa (ENAFRON, Projeto Rondon, SISFRON, Projeto Calha Norte, Operações Militares, Projeto Cartografia da Amazônia, entre outros). A END estabelece, ainda, que o desenvolvimento sustentável da região amazônica também será instrumento da defesa nacional, como forma de consolidar a soberania brasileira na região.

A proposta do artigo é desenvolver análises sistemáticas de um problema preocupante: a fragilidade geopolítica que envolve a região Norte da Amazônia e o entorno estratégico. Pretendemos com as pesquisas proporcionar a sociedade brasileira, uma maior conscientização quanto ao vasto painel de questionamentos geopolíticos sobre o espaço. A abordagem pan-amazônica que as pesquisas podem oferecer permitirá que a conscientização se extravase para os demais países da Amazônia, de forma que possibilite uma ação conjunta para resguardar a soberania desses países.

I - POROSIDADE NAS FRONTEIRAS

A discussão de fronteira e limites tem o significado de discussão das relações de poder em âmbito intra e supranacional (Fronteiras E Geopolítica Brasileira: Contribuição À Compreensão Da Porosidade Do Território Nacional , 2011). De modo onde as fronteiras são contornos, linhas que delimitam, marcam a soberania de um país a discussão a respeito destas é de suma importância no ponto de vista estratégico.

O significado de porosidade pelo dicionário vem a ser “Caráter ou qualidade de poroso” e/ou “Estado dos corpos porosos” (Ferreira, 2010), ou seja, porosidade são espaços interiores encontrados em determinados corpos. Ao se tratar das fronteiras de um país é possível se apropriar deste termo para destacar algumas deficiências ou aberturas que representam um risco a soberania e segurança do Estado.

De modo a salientar como o Estado tem lidado com a porosidade em seus territórios:

“[...] a porosidade do território pode ser regulada pela ação dos governos, podendo estimular ou desestimular certas atividades econômicas com o exterior, a depender das condições políticas dadas. Estes lugares, por estarem situados no limite do cerco institucional do Estado, estão regidos por leis federais diretas de ambos os países. Trata-se de um “muro” jurídico que, segundo suas cláusulas, regulam os fluxos entre os dois lados atuando como poros controladores da fluidez. Essas regras estão alinhadas às políticas externas dos países e as conjunturas globais, regionais e nacionais de segurança, defesa, comércio exterior, integração, desenvolvimento social, e, ainda, muitas fazem parte de acordos internacionais, e/ou binacionais legados ou recentes.” (Euzébio, 2014, p. 111)

Algumas fronteiras são pontos estratégicos para um Estado, ao se tratar do caso Estado brasileiro as fronteiras amazônicas são de extrema importância e vulnerabilidade, já que estas se encontram delimitando o território do Estado brasileiro de sete países que cercam a região. Da complexidade desta região fronteiriça, o governo tem lutado contra crimes ambientais, contrabando de veículos e garimpo, contrabando de pessoas, tráfico de armas e narcotráfico, sendo estes uma expressão de algumas porosidades (Ramazzini, 2014).

Devido ao vasto território, um dos problemas encontrados na região amazônica é o fato de em muitos locais a presença do Estado ser mínima. Outro problema, já citado anteriormente, é a presença organizações criminosas brasileiras em diversas cidades fronteiriças, com intuito de facilitar a comercialização de armas e drogas com fornecedores internacionais (ABIDES, 2011).

A defesa da região amazônica é o principal na Estratégia Nacional de Defesa, que tem como objetivo a ampliação e o reposicionamento de tropas nas áreas de fronteira (Em Discussão, 2012). Assim, de modo que não apenas as fronteiras da região amazônica, mas todas as fronteiras brasileiras venham a ser protegidas de modo ideal, o governo criou a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015).

O objetivo do ENAFRON é promover a articulação dos atores governamentais, com o intuito de incentivar e fomentar as políticas públicas de segurança, uniformizando as ações e entendimentos destes e aperfeiçoar investimentos públicos nas regiões de fronteiras.

As operações Ágatas, o SISFRON, SIVAM e o SIPAM são parte dos projetos estratégicos do ENAFROM e tem por objetivo assegurar não apenas as fronteiras e o bem estar da população que habitam nestas regiões, mas também garantir a soberania nacional.

II - O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAM) E O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM)

A estratégia diplomática baseada no princípio do *uti possidetis*, no qual o território pertence a quem colonizou foi determinante na definição das fronteiras nacionais. Diversos territórios que pertencem hoje à Região Amazônica foram integrados ao território brasileiro desde a época colonial, com o Tratado de Madri, que legalizou a posse de regiões que ultrapassavam o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha. "A utilização do *uti possidetis*, tal como entendido pela nossa diplomacia, foi sem dúvida uma vantagem para o Brasil, nação mais ativa na ocupação do território do que seus vizinhos" (GOES FILHO, 1999, p.247).

A Região Amazônica que é de grande interesse internacional por sua potencialidade de recursos, compreende atualmente nove estados brasileiros, cerca de 60% do território nacional e ainda assim, é a região geoeconômica menos populosa, constituindo diversos vazios demográficos. Meira Mattos já trazia em sua obra "Uma Geopolítica Pan-Amazônica" (1980) a relevância que essa região possui no território brasileiro por suas características geográficas e socioeconômicas.

Apesar do país não possuir grandes conflitos no que diz respeito à questões de fronteiras com países vizinhos, o controle destas na região amazônica via-se fragilizado e trouxe à tona a necessidade de um sistema de vigilância capaz de amenizar essa vulnerabilidade, tendo em vista a importância econômica e estratégica que esse território possui tanto no que diz respeito aos interesses nacionais, como também a nível internacional.

Como aponta Bertha Becker (2005):

Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: A Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil.

2.1. Sistema de Vigilância da Amazônia- SIVAM

Em vista das necessidades expostas anteriormente, a Aeronáutica assume o desenvolvimento e a implantação do projeto de Sistema de Vigilância da Amazônia, abreviado por SIVAM. No ano de 1990 o projeto é concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República com o objetivo de implementar a presença das Forças Armadas brasileiras no controle do espaço aéreo amazônico: monitorando, coletando informações e combatendo o contrabando, o desmatamento e ameaças em geral.

A concretização desse projeto ocorre em 25 de julho do ano de 2002, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Humberto José Lourenção, o Sistema de Vigilância da Amazônia

Trata-se de uma infraestrutura de vigilância e análise de todo o espaço aéreo e terrestre da Amazônia Legal, apta a coletar, processar, produzir, integrar, avaliar e difundir dados e informações de interesse das demais organizações integrantes do Sipam. (2013, p.75)

A implantação do SIVAM necessitou de um grande aparato tecnológico: sistemas de satélite, radares, sensores, computadores, estações de comunicações dentre outros. De acordo com o Decreto nº. 892, de 12 de agosto de 1993,

Art. 2º Em respeito ao princípio da competitividade, os órgãos executantes promoverão consultas para obter os menores preços e as melhores condições técnicas e de financiamento na seleção, visando à aquisição dos equipamentos e a realização dos serviços técnicos pertinentes.

Ao final do processo de licitação, o grupo Raytheon, dos Estados Unidos foi escolhido em um acordo de aproximadamente 1,4 bilhões de dólares, tornando-se o maior investimento individual na área de defesa promovido pelo Brasil na década de 90. A empresa americana seria responsável pelo fornecimento de bens, serviços e pelo desenvolvimento do projeto em conjunto com a Embraer e a Fundação Atech, ambas empresas brasileiras.

A criação do projeto segundo a Fundação Ezute:

Possibilitou a integração de ações para controlar e defender o território, o espaço aéreo e o meio ambiente, pela disponibilização de conhecimento e inteligência sobre a região, oferecendo bases relevantes para o suporte ao seu desenvolvimento sustentável. Também viabilizou as aeronaves de reconhecimento e alerta antecipado, um produto para exportação que permitiu à Força Aérea Brasileira modernizar seus planos e doutrinas operacionais e ao Brasil, dispor de um instrumento estratégico em geopolítica.

Em outras palavras, do ponto de vista interno, o SIVAM seria uma ferramenta capaz de proporcionar toda uma infraestrutura tecnológica e desenvolvimento para a região, possibilitando a integração desse vasto território e o maior conhecimento ambiental e socioeconômico do mesmo. Do ponto de vista externo, a modernização dos equipamentos e aeronaves da Força Aérea Brasileira, fortaleceu o controle sobre o território e a soberania nacional, uma vez a pressão internacional sobre os recursos amazônicos e os problemas ambientais diminuiriam com o monitoramento do SIVAM na região.

2.2. Sistema de Proteção à Amazônia- SIPAM

O Sistema de Proteção à Amazônia (Sipam) tem o objetivo de promover a proteção da área do território brasileiro denominada Amazônia Legal por meio de aparato tecnológico (Sivam), que serve de mais um meio para a produção de conhecimento sobre a região, além da articulação, planejamento e integração de informações da região. E com esse sistema, o Governo brasileiro visa se tornar referência não só nacional, como internacional na coleta, processamento,

armazenamento e a transformação desses dados em conhecimento a ser utilizado para o desenvolvimento e preservação da região. (SIPAM, 2016).

Antes da criação do Sipam, vários órgãos atuavam na área individualmente, de maneira desregulada, não compartilhando dados e desperdiçando recursos em um trabalho que já poderia ter sido feito por um outro órgão. Esse foi um dos motivos, além dos já citados, que levou a sua criação.

O Sipam se dividia em 2 áreas controladas por dois ministérios. Estava sob a responsabilidade do Ministério da Defesa a parte de proteção do território, relativo a proteger a soberania do país na região por meio de apoio militar, do controle e defesa do espaço aéreo e fluvial e vigilância e defesa das fronteiras. E o Ministério da Casa Civil cabia a parte do monitoramento e recolhimento de dados, como os dados meteorológicos, através da implementação do Sivam.

Já com o Sivam em andamento, um Decreto que cria o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (ConSipam), em 1999, que tem como objetivo decidir sobre as diretrizes do Sipam. Em 2004, há a transição do Sivam, onde o Ministério da Casa Civil passa a ter total controle do mesmo.

Segundo o Governo brasileiro, depois da criação do ConSipam, tem-se a necessidade da criação de um centro gestor e operacional, o CenSipam, que tem como principais atribuições:

(...) propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações do Sistema de Proteção da Amazônia, sendo responsável por sua gestão. Dessa forma, as atividades individualizadas realizadas por diversos órgãos e agentes governamentais passaram a ser compartilhadas, favorecendo a disseminação de conhecimento e evitando a duplicidade de ações na Amazônia. ¹

E para dar conta de suas atribuições, o Sipam conta com uma estrutura de equipamento que se constitui por radares e estações meteorológicas, satélites, radares de vigilância transportáveis e fixos, aeronaves de sensoriamento e vigilância, plataformas de coletas de dados, uma ampla rede de monitoramento das comunicações, etc. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2016) ²

O Sipam se divide em três subsistemas: o primeiro é uma rede que aquisição de dados onde entra o Sivam e toda a sua paridade tecnológica (radares, sensores, aeronaves, etc.). O segundo é a rede de telecomunicações que transmite os dados coletados pelo Sivam para as suas centrais localizadas nas cidades de Brasília (DF), Belém (PA), Manaus (AM) e Porto Velho (RO), que cooperam entre si para otimizar os dados obtidos. E por último, mas não menos importante um centro onde se realiza o tratamento e visualização de dados e imagens, que constitui a inteligência artificial do sistema. (FEDOZZI,2003).

¹Dados extraídos em **Erreur ! Signet non défini.**

²Dados extraídos em <http://freepages.military.rootsweb.com>

III-SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

O SISFRON é um projeto de monitoramento integrado das regiões fronteiriças, concebido pelo exército brasileiro, que nasce de uma demanda do Estado por uma maior, e mais rápida, capacidade de monitoramento e resposta a ações que afetem a soberania nacional.

O SISFRON, em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e com base em monitoramento/controlado, mobilidade e presença, permitirá à Força Terrestre manter as fronteiras monitoradas e responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região Amazônica. Com a perspectiva de interligar o SISFRON aos sistemas congêneres das demais Forças, do Ministério da Defesa e de outros órgãos federais, evoluindo para um sistema integrado de monitoramento, o Sistema contribuirá para iniciativas unificadas de cunho socioeconômico que propiciem o desenvolvimento sustentável das regiões fronteiriças. (BRASIL, 2012, p.72)

Da a complexidade das fronteiras norte do Brasil, o caráter de integração e coordenação do SISFRON com as diferentes forças armadas e outros órgãos federais pode ser um dos grandes diferenciais do programa, pois permitirá respostas mais rápidas e eficientes as múltiplas questões demandadas. A cooperação com os Estados vizinhos, por meio de ações conjuntas também poderá ser mais rápida e eficiente.

O salto tecnológico resultante do SISFRON, em virtude do aumento da capacidade de monitoramento e controle do Estado na faixa de fronteira, reforçará a capacidade de dissuasão do Poder Nacional. Permitirá, ainda, a efetivação da Estratégia da Presença, a melhoria das operações de Garantia da Lei e da Ordem e das ações subsidiárias, inclusive com maior presteza no atendimento de emergências da Defesa Civil. (VASCONCELOS FILHO, 2014, p.54)

O programa contará com diferentes sistemas e recursos de vigilância e pretende estimular a indústria de defesa nacional, principalmente nos setores cibernéticos e tecnológicos. Dando prioridade para a compra e desenvolvimento de tecnologias nacionais como explicitado na estratégia nacional de defesa (2008).

O SISFRON ampliará a capacidade de controle das fronteiras terrestres, atualizando e integrando todos os subsistemas de monitoramento existentes: **sensores** (sensoriamento; comunicações; segurança

das informações e comunicações; apoio à decisão; capacitação; simulação; logístico e gestão), agregando outros meios modernos de sensoriamento (equipamentos de comando e controle; sistema de apoio à decisão; sensores de HF, VHF, satelitais, meteorológicos, óticos e térmicos; radares de rastreamento aéreo, hidroviários e terrestres; centros de operações; centros de simulação; veículos aéreos não tripulados; satélites de comunicações e satélites de observações) que estarão em contato direto com os **atuadores** (tropa, Instituições e Órgãos do poder público) mais próximos ao ilícito que, após a tomada de decisão, responderão com o emprego de pessoal e meios adequados à situação. (MATTOS, 2012, p.26)

De acordo com Ministério da Defesa (2014) atualmente o SISFRON está no final da implementação do projeto piloto, na área do Comando Militar do Oeste.

Atualmente, as fases iniciais de concepção, planejamento, estruturação e contratação já foram superadas. A efetivação do Projeto-Piloto do SISFRON já está ocorrendo com a entrega de equipamentos realizada na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com prioridade, e em algumas Unidades Militares de outras Brigadas localizadas na faixa de fronteira. (VASCONCELOS FILHO, 2014, p. 51)

O projeto possui uma série de desafios antes de sua implementação completa. Um dos principais fatores que podem atrasar a implementação completa do SISFRON é o fato do custo total do programa ser elevado. “11, 992 Bilhões de reais” (BRASIL, 2014). Cortes no orçamento de defesa podem atrasar ainda mais a implementação completa. No caso dos investimentos que, mesmo sendo uma fração muito minoritária no orçamento de defesa, termina comprometendo, ainda que parcialmente, o esforço de ampliação e modernização das Forças Armadas (VAZ, 2014).

A questão da dualidade do projeto, ou seja, a possibilidade do emprego para fins socioeconômicos, pode ser um diferencial na garantia da preservação do orçamento destinado ao programa. Além disso o retorno financeiro gerado pelo programa, como na apreensão de drogas e produtos contrabandeados é mais um estímo para preservação dos recursos destinados a implementação plena do programa.

Neste sentido, o SISFRON, com todos os seus subsistemas, terá grande importância na prestação das informações captadas e processadas, ao informar qual área é a mais vulnerável a esses ilícitos e ao viabilizar a economia de tempo, energia e recursos para mitigação dos crimes e suas consequências. (FRANÇA, 2014, p. 38)

IV - AS OPERAÇÕES ÁGATA

Em 2011, o Governo Federal criou o Plano estratégico de Fronteiras (PEF), instituído em 8 de junho de 2011, mediante o Decreto Nº 7.496 (2011), para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com outros dez países sul-americanos, além de reforçar a presença Brasileira e garantir a proteção necessária que tal dimensão fronteiriça exige. As operações Ágata fazem parte desse plano e são coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), em uma atuação conjunta das Forças Armadas, do Ministério da Defesa e órgãos federais, estaduais e municipais visando combater principalmente delitos transfronteiriços e ambientais, crime organizado e proporcionar apoio à população local. De acordo com o Ministério da Defesa, é uma ação subsidiária, prevista em lei, na qual as Forças Armadas devem atuar nas suas missões constitucionais e apoiar as operações das agências sem substituí-las.

Nesta operação, o Ministério da Defesa e demais Agências Governamentais empregam aproximadamente 10.000 militares e civis, diversas viaturas, embarcações, helicópteros, aviões e Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) para realizar patrulhamento e inspeção naval na calha dos rios; bloqueio e controle de estradas e vias urbanas; patrulhamento terrestre ostensivo juntamente com órgãos de segurança pública; reconhecimento especializado de fronteira; revista de pessoas, embarcações, aeronaves e instalações; fiscalização de produtos controlados; operação de busca e apreensão; reconhecimento e transporte aéreo, bem como interceptação de aeronaves suspeitas. (MINISTÉRIO DA DEFESA)

Durante suas nove edições, cuja primeira se deu em 2011, as Operações Ágata, que tem um caráter temporário, já cobriram toda a extensão da fronteira terrestre, com atuações em áreas fronteiriças específicas, realizadas em períodos pré-determinados.

Os países fronteiriços são comunicados previamente e convidados a auxiliar nas atividades, posicionando tropas ou observadores em seus territórios. Essas Operações contam com ações de vigilância e fiscalização do espaço aéreo, dos principais rios e estradas que dão acesso ao território nacional, proporcionando assistência médica e odontológica à população das faixas de fronteira. (MINISTÉRIO DA DEFESA)

Essas operações também abrangem Ações Cívico-Social (Aciso), considerada um braço humanitário das forças Armadas cuja atuação consiste em atendimentos médicos e odontológicos, remédios distribuídos, manutenção de rodovias e reparos em instalações públicas. Dividida em áreas de operação, das quais constam: Área de Operação Norte, Área de Operação Amazônia, Área de Operação Oeste e Área de Operação Sul, as três primeiras operações ocorreram ainda no ano de criação do PEF nas fronteiras com a Colômbia, nas fronteiras Sul e Centro-Oeste com o Paraguai, Argentina e Uruguai e na faixa de fronteira com o Paraguai, Bolívia e Peru. (ZAIA, 2013, pág. 175) A Operação Ágata 4, segundo o general Villas Boas, citado por Sophia Luiza Zaia, tinha como objetivo principal, mapear a área fronteiriça com a Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa considerada desconhecida pelo Estado Brasileiro pela sua presença praticamente inexistente na região. A Ágata 7 foi a primeira operação

a abranger a fronteira com os 10 países sul-americanos, ocorreu às vésperas da Copa das Confederações, em 2013, e contou com o maior efetivo de militares e civis já utilizados em operações pelo governo federal, segundo o Portal Brasil. O efetivo contou com centros montados nos Comandos Militares da Amazônia, com sede em Manaus; do Oeste, com sede em Campo Grande; e do Sul, com sede em Porto Alegre.

A Ágata 8 contou com 30 mil militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, segundo dados do Ministério da Defesa, e ocorreu às vésperas da Copa do Mundo, chegando ao fim com um número recorde de apreensão de drogas, com um número maior que o dobro dos retirados de circulação na Ágata 7. (Portal Brasil)

A Operação Ágata 9, ocorrida durante 10 dias em agosto de 2015, ocorreu em toda a extensão da fronteira Oeste brasileira, de Rondônia ao Paraná e, segundo dados do Ministério da Defesa apreendeu mais de quatro toneladas de maconha e 65 toneladas de gêneros alimentícios sem procedência. De acordo com um Balanço divulgado pelo G1 de Roraima, as nove Operações Ágata tiveram como resultado 319.635 veículos inspecionados; 222 aeronaves inspecionadas; 498 embarcações apreendidas; 498 embarcações vistoriadas e/ou notificadas; 106 armas apreendidas; 19,8 toneladas de explosivos apreendidos; 11,8 toneladas de drogas apreendidas e revistadas 16.919 pessoas.

Recentemente, um estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) sobre as Operações de Segurança nas áreas de fronteira, o Instituto de desenvolvimento econômico e social de fronteiras, apontou que as Operações contribuem para a arrecadação fiscal na medida em que combatem o crime transfronteiriços, reduzindo a oferta de produtos contrabandeados e favorecendo a ampliação do mercado formal. Segundo o Estudo, que levou em consideração oito Edições realizadas entre 2011 e 2014, o país deixa de arrecadar em impostos nas regiões de fronteira cerca de R\$ 25 bilhões ao ano, considerando os principais impostos que incidem sobre os produtos importados: IPI (Imposto sobre Produto Importado) e II (Imposto de Importação).

Em setembro de 2015, um relatório de auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), concluiu que o controle das fronteiras não tem políticas formais definidas nem origem de recursos especificadas. No documento, dois de cada três órgãos ressaltam a falta de efetivo e equipamentos adequados, o que pode prejudicar empresas nacionais que ficam submetidas à concorrência dos produtos contrabandeados, ao mesmo tempo em que o aumento dos impostos tem se intensificado. Para Luciano Stremel Barros, presidente do Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras), em entrevista realizada para a Folha de São Paulo, as operações devem ser permanentes, todos os meses e ter suas ações e órgãos, desde o seu planejamento até a execução integrados.

Em outubro de 2015, uma décima edição foi realizada na fronteira marítima com a Guiana Francesa e na região compreendida entre o Amapá e o Pará que abrange os Comandos Militares da Amazônia (CMA) e do Norte (CMN). Contou com cerca de dez mil militares das Forças Armadas além de profissionais de 33 agências governamentais e órgãos públicos que atuaram em parceria com as Forças Armadas da Guiana Francesa e resultou, segundo o balanço do Comando Maior do Exército, na apreensão de mais de 77 quilos de drogas - maconha e cocaína - embarcações e um total de 1.176 metros cúbicos de madeira. Durante a operação foram feitos bloqueios fluviais e abordagens aéreas, além da destruição de três pistas de pouso clandestinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande extensão das fronteiras norte e centro-oeste brasileiras, as várias barreiras naturais, as diferentes conjunturas impostas pelos oito Estados, que fazem fronteira com a região norte e centro-oeste do Brasil, são elementos que dificultam uma implementação com maior eficácia de mecanismos de vigilância. Ações ilícitas como o crime organizado pode comprometer, ainda mais a eficiência dos programas de vigilância. Cortes no orçamento de defesa e falta de tecnologias próprias, como satélites de monitoramento e troca de informações, atrasarão a implementação plena de programas como o SISFRON e a eficácia dos programas em atividade.

O Estudo observou que os mecanismos de vigilância que também possuem um vetor social conseguem resultados mais significativos, pois além de vigiar as áreas de fronteira ajudam a reduzir a vulnerabilidade social do local onde a ação é realizada. Também foi constatado que os mecanismos que estimulam a integração entre as forças armadas e outros órgãos nacionais são mais eficientes já que conseguem contemplar, com maior profundidade, diferentes áreas de atuação.

Além dos mecanismos de vigilância o Estado brasileiro deve aumentar ações que estimulem a cooperação com os estados vizinhos, promover maiores debates sobre a segurança na fronteira com diferentes setores da sociedade, academia, e órgão de defesa e segurança, além de rediscutir questões internas, como a política de imigração e de combate as drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIDES. (10 de Janeiro de 2011). *As Fronteiras Brasileiras: Vulnerabilidades e Oportunidades*. Acesso em 22 de Maio de 2016, disponível em Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento Sustentável: <http://abides.org.br/as-fronteiras-brasileiras-vulnerabilidades-e-oportunidades/>

AMORA, Dimmi. Sem operação em Fronteira, Brasil perdeu R\$10 bilhões em impostos. Folha de São Paulo. Publicado em: 16/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1679409-tcu-aponta-falta-de-pessoal-para-fiscalizacao-e-contrabando-cresce.shtml>> Acesso em: 21/05/2016

AMORA, Dimmi; TUROLLO, Reynaldo Jr. TCU aponta falta de pessoal para fiscalização e contrabando cresce. Folha de São Paulo. Publicado em: 09/09 /2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1682448-sem-operacao-em-fronteira-brasil-perdeu-r-10-bilhoes-em-impostos.shtml>> Acesso em: 21/05/2016

ANTONIO Carlos da Silva Oscar Júnior, Amanda Figueira Gatto, Breno Viana Dias Monteiro, Luiza Villela Garcia Moura. (2011). *Fronteiras E Geopolítica Brasileira*:

Contribuição À Compreensão Da Porosidade Do Território Nacional . *XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*. Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAPHY \l 1046 *Em Discussão*. (11 de Junho de 2012). Acesso em 22 de Maio de 2016, disponível em Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/defesa-nacional/razoes-para-a-implementacao-da-estrategia-nacional-de-defesa.aspx>

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. São Paulo: Estudos Avançados, 2005.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>> Acesso em 21 de Agosto de 2015.

BRASIL. Estratégia nacional de Defesa. Brasília, DF. 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf> Acesso em 20 de Agosto de 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/619/SISFRON.pdf?sequence=1>> Acesso em 21 de Agosto de 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. Mais uma edição da operação Ágata será realizada ainda este ano. Brasília, DF. 2015 Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/16981-mais-uma-edicao-da-operacao-agata-sera-realizada-ainda-este-ano>> Acesso em: 21/05/2016

BRASIL. Apresentação do Censipam. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br/noticias/apresentacao-do-censipam>> acessado em 19 de maio de 2016.

DEFESANET. Ágata 10: Operação tem início na região Amazônica com participação de cerca de 9 mil militares. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/20633/Agata-10--Operacao-tem-inicio-na-regiao-Amazonica-com-participacao-de-cerca-de-9-mil-militares/>> Acesso em: 21/05/2016

DEFESANET. Ministério da Defesa lança plano para prevenir e enfrentar crimes nas fronteiras. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/18597/Ministerio-da-Defesa-prepara-a-Operacao-Agata-9-das-Forcas-Armadas/>> Acesso em: 04/09/2015

DEFESANET.NET – Governo Federal lança plano para prevenir e enfrentar crimes nas fronteiras. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/1441/PEF--->>

[Governo-Federal-lanca-plano-para-prevenir-e-enfrentar-crimes-nas-fronteiras/](#)> Acesso em: 04/09/2015

DEFESANET.NET – Governo Federal lança plano para prevenir e enfrentar crimes nas fronteiras. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/1441/PEF--Governo-Federal-lanca-plano-para-prevenir-e-enfrentar-crimes-nas-fronteiras/>> Acesso em: 04/09/2015

EUZÉBIO, E. F. (2014). A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). *CUADERNOS DE GEOGRAFÍA - REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA*, 110.

FERREIRA, A. B. (2010). *Míni Aurélio - O Dicionário da Língua Portuguesa*. Positivo.

FEDOZZI, Maria Cristina Goiana. Situação da Amazônia e a realidade do sistema de proteção desenvolvido pelo Brasil na ampliação da segurança hemisférica. 2003. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Defesa Continental) – Colégio Interamericano de Defesa, Washington, DC, 2003.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. SIVAM– Serviço de Vigilância da Amazônia. Disponível em: <<http://freepages.military.rootsweb.com/~otranto/fab/sivam.htm>> . Acesso em: 20 maio de 2016.

FORÇAS TERRESTRES. Ágata 8: Começa Operação na fronteira com mobilização de 30 mil militares das forças armadas. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/2014/05/12/agata-8-comeca-operacao-na-fronteira-com-mobilizacao-de-30-mil-militares-das-forcas-armadas-2/>> Acesso em: 05/09/2015

FORÇAS TERRESTRES. Publicado em: 16/09/2011. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/?s=opera%C3%A7%C3%A3o+%C3%A1gata+>> Acesso em: 04/09/2015

FRANÇA, Maj Inf Eriwelton Ferreira De. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no fortalecimento da soberania nacional. Rio de Janeiro, RJ. 2014

FUNDAÇÃO EZUTE. Dispõe sobre projetos estratégicos. Disponível em: <<http://www.ezute.org.br/ezute/sivam-sipam.html>> acessado em 19 de maio de 2016.

GOES FILHO, Synesio. As Fronteiras do Império. In:_____. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Brasília: IPRI, 1991.

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br/assuntos/infraestrutura-tecnologica/texto-de-apresentacao-do-orgao>> . Acesso em: 20 de maio de 2016.

LOURENÇÃO, Humberto. O “Echelon sytem” no processo de contratação do sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM). São Paulo: Perspectivas em Ciências Tecnológicas, v. 2, n. 2, 2013.

MATTOS, Carlos. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MATTOS, Luis Carlos Gomes. O Exército Brasileiro na defesa da soberania na Amazônia. Seminário de segurança da Amazônia. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Livro-Amazonia.pdf>> Acesso em 20 de Agosto de 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Operação Ágata. Disponível em: <<http://www.defesa.mil.br/index.php/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>> Acesso em: 04/09/2015

MINISTÉRIO DA DEFESA. Divulgado Balanço da Operação Ágata 7. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/05/divulgado-balanco-da-operacao-agata-7>> Acesso em: 05/09/2015

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estudo aponta que operação ágata contribui para arrecadação fiscal. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/16860-estudo-aponta-que-operacao-agata-contribui-para-arrecadacao-fiscal>> Acesso em: 18/09/2015

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Secretaria de Segurança Pública. (s.d.). *Portal da Câmara*. Acesso em 14:30 de Setembro de 2015, disponível em Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-as-acoes-e-dificuldades-encontradas-para-prover-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras-1/apresentacao-enafron>

PORTAL BRASIL. Operação Ágata 8 chega ao fim com número recorde de apreensão de drogas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/05/operacao-agata-8-chega-ao-fim-com-numero-recorde-apreensao-de-drogas-1>> Acesso em: 05/09/2015

PORTAL BRASIL. Defesa divulga balanço da operação Ágata 9. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/08/de-acordo-com-ministro-operacao-agata-deve-ser-permanente>> Acesso em: 08/09/2015

PORTAL G1. ‘Operação Ágata 10’ do exército Brasileiro fiscaliza fronteiras de RR. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/10/operacao-agata-10-do-exercito-brasileiro-fiscaliza-fronteiras-de-rr.html>>
Acesso em: 21/05/2016

PORTAL G1. Comando Militar da Amazônia divulga balanço da Operação ‘Ágata 10’. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/10/comando-militar-da-amazonia-divulga-balanco-da-operacao-agata-10.html>> Acesso em: 21/05/2016

PORTAL G1. Operação Ágata 7 é deflagrada em regiões de fronteira de todo o Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/05/operacao-agata-7-e-deflagrada-em-regioes-de-fronteira-de-todo-o-brasil.html>> Acesso em: 05/09/2015

RAMAZZINI, R. (2 de Julho de 2014). *Folha de S.Paulo Online*. Acesso em 22 de Maio de 2016, disponível em Folha de S.Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/173909-porosas-fronteiras.shtml>

Decreto nº. 892, de 12 de agosto de 1993. Dispõe sobre o princípio da competitividade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0892.htm> Acesso em 19 de maio de 2016.

SILVA, Luiz Otávio Maciel da; MENEZES, Marcio José Pereira. PROJETO SIPAM COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO. Trabalho oral. São Paulo, XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2008.

SIPAM. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br>> . Acesso em: 20 maio 2016.

VASCONCELOS FILHO, Sebastião Lopes de. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): Uma contribuição para a Segurança Nacional. Rio de Janeiro, RJ. 2014. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/VASCONCELOSFILHO.pdf>> Acesso em 21 de Agosto de 2015.

VAZ, Alcides Costa. Perspectivas orçamentárias da Defesa em face da crise econômica atual. Painel - Análise dos conflitos atuais e questões de defesa e segurança para o Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 2014. Disponível em:

<http://www.eme.eb.mil.br/painelnep1/PAINEL%20Prespectivas%20or%C3%A7ament%C3%A1rias%20da%20Defesa%20em%20face%20da%20crise%20econ%C3%B4mica%20atual_Prof.%20Alcides.pdf> Acesso em 20 de Maio de 2016.